

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, EVASÃO E O CAMPO: UMA ANÁLISE DAS DESISTÊNCIAS DOS ALUNOS NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO OFERECIDO PELA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL NO PÓLO DE COLINAS-MA.

Nilson Gonçalves da Silva¹

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA/MA

RESUMO

Trata da desistência dos alunos do Curso de Especialização Educação do Campo oferecido pela Universidade Aberta do Brasil/UAB, no pólo de Colinas- MA, em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão/UEMA, através do departamento de Educação a Distância/UemaNet, que objetiva qualificar professores e profissionais que atuam na área de Educação do Campo do Estado Brasileiro. Aponta possíveis causas do problema e faz uma análise das reais motivações da desistência, haja vista a importância do curso para a vida profissional dos educadores. Aborda também a formação de professores na modalidade de educação a distância, a partir da legislação que rege esta modalidade de ensino e ainda se descreve o processo histórico desta modalidade de ensino. Faz-se um comentário acerca dos pontos positivos e negativos da Educação a Distância considerando que esta é uma realidade no campo da formação neste século.

Palavras-Chaves: Qualificações de professores. Educação a Distância. Universidade Aberta do Brasil

ABSTRACT

This dropout of students from the Specialization Course Rural Education offered by the Open University of Brazil / UAB in the center of Hills, MA, in partnership with the State University of Maranhão / UEMA through the Department of Distance Education / UemaNet that aimed at qualifying teachers and professionals working in the area of Rural Education of the Brazilian State. Suggests possible causes of the problem and analyzes the real motivations of the withdrawal, given the importance of travel for the professional lives of educators. It also discusses the training of teachers in distance education mode from the legislation governing this type of education and also described the historical process of this mode of teaching. It is a remark about the pros and cons of distance education considering that this is a reality in the field of education in this century.

1. INTRODUÇÃO

Um dos principais desafios da atualidade na área educacional do país são as qualificações dos professores que atuam nas escolas de Educação Básica e a qualificação do quadro funcional atuante na Gestão do estado brasileiro, nas várias instâncias administrativas.

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão/UEMA; Supervisor Escolar da Rede Municipal de Ensino; Especialista em Psicopedagogia e Supervisão Escolar pelo IESF; especializando em Educação do Campo pela UEMA e Especializando em Docência do Ensino Superior pelo IESF.

O Ministério da educação está enfrentando o primeiro desafio através do Plano Nacional de Formação de Professores, com o objetivo de qualificar mais de 3.000.000 professores em exercício nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, sendo metade desse esforço realizado pela Universidade Aberta do Brasil (UAB). Neste desafio foi mencionada a qualificação dos professores do Curso de Especialização em Educação do Campo.

O curso oferecido é realizado em parceria com Universidades de todo o Brasil. No Maranhão a partir de convênio firmado com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), este é realizado pelo departamento de Educação a Distância (UemaNet) nos pólos da Universidade em diversos municípios. Essa iniciativa é de suma importância por propiciar a muitos educadores a possibilidade de consecução de objetivos e sonhos que é a qualificação profissional.

Diante do exposto, chegou-se ao seguinte problema: Se é do interesse e uma necessidade do profissional se qualificar, porque alguns alunos desistiram do curso antes de seu término?

Em princípio podemos apontar algumas possíveis causas, como resistência a essa modalidade de ensino, não se adequar a metodologia, o fato de muitos não terem computador em casa, não saberem manusear este quando tem acesso. Pode ser também que a desistência tenha a ver com a metodologia aplicada, que não é do cotidiano dos alunos.

Sendo que a desistência é iminente e que carece de uma busca de soluções, parece oportuno analisar as reais causas das desistências, haja vista a importância deste curso para a vida profissional dos professores.

Para a realização da pesquisa quanto a taxionomia foi utilizada da taxionomia de Vergara (2003), classificada da seguinte forma: Descritiva, pois visa desenvolver o perfil dos alunos e as causas da desistência dos cursos; explicativa, porque busca uma solução da causa-efeito para as motivações que levaram a desistência, e por se tratar de um problema concreto; é também bibliográfica quanto aos meios, porque busca a literatura, de campo haja vista que será feita uma pesquisa em loco.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa são alunos, professores tutores e coordenadores dos cursos. Onde a maioria são professores da Rede Municipal e Estadual, que buscam a oportunidade de estarem se qualificando e não dispõem de tempo e recursos para se deslocarem para outros centros.

Observa-se que os sujeitos são peças indispensáveis nesse trabalho, pois contribuem de forma relevante com as interações de idéias e esforços coletivos em prol da melhoria da educação do município, contribuindo para uma educação de qualidade.

Para elucidação das questões, inicialmente diagnostica-se as principais causas de desistência dos Cursos de Especialização da UAB; examina-se a legislação pertinente a modalidade de EAD; e por fim discorre-se sobre o processo histórico da educação a distância.

A compreensão das motivações da desistência dos alunos dos cursos é de suma importância, pois a partir desta compreensão pode-se buscar alternativas outras para o retorno destes e ingresso de demais profissionais, que há tempos vêm lutando por uma oportunidade de qualificação, pode-se a partir daí se travar uma discussão sobre a modalidade de ensino utilizada. Até mesmo porque a discussão acerca da formação de professores não é tão recente. Entretanto, ganha novos contornos (conjunturais, políticos, ideológicos e pedagógicos) quanto a modalidade a distância. Isso porque é uma modalidade de ensino que sofre algumas restrições e preconceitos.

Há aproximadamente três décadas, o tema da formação do professor vem sendo colocado na pauta de encontros, congressos, simpósios educacionais e nas diretrizes da política nacional e de organismos internacionais. Nunca se produziu tanto sobre o tema. Educadores nacionais têm se debruçado sobre o assunto, autores estrangeiros, sobretudo de Portugal, Espanha, França, Canadá e Estados Unidos têm chegado até nós trazendo as experiências de seus países, os caminhos trilhados e as discussões suscitadas a partir daí, fala-se em professor crítico, construtivista, reflexivo, investigador, mediador de aprendizagem, orientador, facilitador, parceiro, etc.

Para o autor Oreste Preti (2001, p.16):

Quando as palavras se desgastam ou há uma exacerbação de imagens e símbolos, elas perdem sua capacidade produtora de significados. Outras aparecem com poder explicativo e simbólico. Novas categorias de análise e de sustentação teórico-metodológica aparecem: Mediação pedagógica, interação e interatividade, conhecimento compartilhado, educar pela pesquisa, auto-formação, aprender a aprender, educação continuada, autonomia, professor coletivo, pesquisa colaborativa, formação em rede, etc.

Portanto, parafraseando Contreras Domingo (apud, PRETI, 2001, p.16):

São “*slogans*” que provocam atração emocional, são palavras que parecem positivas, ao redor das quais se cria consenso e identificação, escondendo diferentes pretensões e significados. Trata-se de um recurso de poder por parte de quem detém o controle da “palavra pública”.

Esses termos têm em comum, porém, a ênfase e a preocupação com a formação do professor. Entretanto, o que se dizia na prática do cotidiano e nas políticas adotadas pelos dirigentes da educação, era que ser professor não tem mistério, é coisa simples, que qualquer pessoa, tendo um mínimo de “letramento,” poderia entrar numa sala de aula e ensinar. Era só recorrer ao livro didático, trocar algumas idéias com os mais antigos e depois, com jeitinho exercer a profissão.

Por que hoje o discurso está mudando? Por que se busca dar novos significados e novos valores são construídos a partir de normas e regulamentações, exigindo uma qualificação e “(re) qualificação” do professor. Daí a necessidade de se compreender as motivações de desistência quando têm a oportunidade de uma qualificação e de se analisar a legislação pertinente a modalidade na qual o curso aqui tratado está sendo oferecido.

2 CAUSAS DA DESISTÊNCIA DOS ALUNOS A PARTIR DE DADOS OBTIDOS SOBRE O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

O objeto da pesquisa foram os alunos do Curso em Educação do Campo em nível de Pós-Graduação *lato sensu* que é desenvolvido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/MEC e a Universidade Aberta do Brasil-UAB. Intermediado pelo UemaNet, é direcionado à área de exercício profissional, tanto dos docentes da Rede Pública Estadual e Municipal, que atuam nas áreas campesinas do nosso estado, quanto dos agentes de movimentos sociais que militam em prol de melhorias educacionais e sociais para o setor.

O curso pretende contribuir para a qualificação dos profissionais da educação do campo, investigar os projetos pedagógicos e suas práticas, bem como articular e consolidar parcerias entre a UEMA e agentes da administração pública da educação.

Após entrevistas com alunos e coordenação do pólo, observações nos espaços do Centro de Estudos Superiores, na condição de aluno e ainda a partir da quantificação dos dados obtidos pode se dizer que a desistência foi de 13 alunos, um número que pode ser considerado expressivo, tendo em vista que representa um percentual de 16,88%, dos 77 alunos matriculados inicialmente na especialização Educação do Campo.

Gráfico 1. Quantidade de alunos matriculados e desistentes

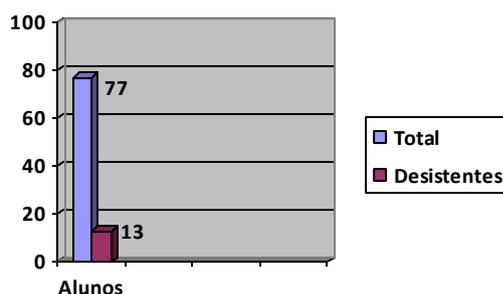
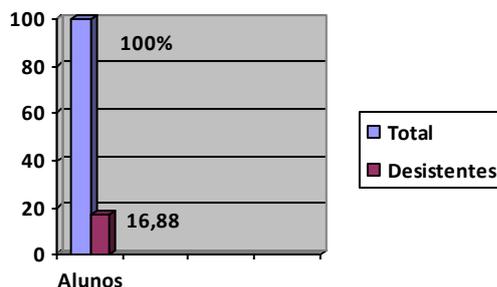


Gráfico 2. Porcentagem de alunos matriculados e desistentes.



Todos não chegaram a oficializar o trancamento do curso apenas desistiram não mais realizando as tarefas, esses alunos disseram que o que os levou a desistir foi o excesso de atividades; indisponibilidade de tempo para a realização das inúmeras atividades solicitadas; daí não terem conciliado o trabalho profissional com o tempo para o curso.

Para a Coordenadora da UAB/UemaNet em colinas, Professora Helena Sílvia de Assunção Monteiro o que mais contribuiu para a desistência foi a falta de confiança naquilo que produz sem o aval do Professor, e ela diz ainda que “as causas de desistência do curso de Especialização em Educação do Campo na modalidade da Educação a Distância foi a diferença do ensino presencial que vem a ser mais motivacional, a educação a distância exige pesquisa e o professor não tem o hábito de pesquisar, então este fato se torna uma barreira”, lamenta a ela.

Segundo informações obtidas junto aos tutores presenciais existem ainda causas outras para a desistência dos alunos como a perda de prazos para envio de tarefas, que se dá pelo fato de não terem o hábito de acessar o ambiente virtual; deixou de realizar as provas presenciais; não participação nos fóruns, deixando assim de cumprir a carga horária exigida o que os leva a ter baixas notas, assim sendo terminaram por desistir.

Para os tutores muito embora essa modalidade de ensino seja muito importante e que a metodologia utilizada promove uma aprendizagem significativa da mesma forma da modalidade presencial e que encaminha seu alunado ao exercício saudável da cidadania, e sua metodologia é excelente, tornando os cursos dinâmicos, viabiliza as ferramentas tecnológicas propiciando ao aluno a interação com professores, e faz com que a distância geográfica não seja mais um entrave, havendo assim a facilidade e a construção do conhecimento, isso tudo em tempo real.

Os tutores presenciais reclamam citando como as principais dificuldades para a realização do trabalho de tutoria presencial não contatarem os alunos no período desejado e solicitado pela coordenação a nível de estado, isso por conta do pouco acesso ao ambiente

virtual; frequência baixa nos encontros presenciais quando agendados pelos tutores presenciais; relativa presença dos alunos no pólo de apoio presencial no dia a dia; falta de estímulo por parte do aluno. Citam ainda não haver o feedback satisfatório com os tutores a distância.

Portanto conforme o já descrito, analisa-se que, o número de desistentes é de modo expressivo, por ser uma necessidade a qualificação dos profissionais e ser esta uma oportunidade rara. E ainda por compreendermos que estes, a maioria professores e professoras da Rede Municipal de Ensino e alguns da Rede Estadual, apresentam muitos desafios, como a aquisição do gosto pela leitura para que se torne uma prática e um hábito e também pela pesquisa.

Confirmamos a partir deste trabalho, sobretudo, que a educação a distância tornou-se nos últimos tempos um instrumento importantíssimo no sentido de ser uma oportunidade de muitos conseguirem sua qualificação profissional de uma maneira que não os obriga a sair de sua casa para lugares longínquos; que não há a necessidade de se ausentar do trabalho, mas saber conciliá-los, e o mais relevante é que a educação a distância, por conta da metodologia utilizada e das exigências, não é um faz de conta como muitos imaginam, por isso esta sofre preconceito, que estão sendo quebrados, e isso é também uma das causas apontadas de desistência, haver muito rigor e não ser difícil mas ser um curso em cumprimento com a lei e as normas do Ministério da Educação.

3 LEGISLAÇÃO PERTINENTE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Conforme já mencionado, os cursos os quais são tratados nesse Artigo são oferecidos pela modalidade de Educação a Distância, ao se falar nessa modalidade de ensino muitos imaginam que é um tipo de ensino recente, surgido com a invenção da internet, o que não é verdade. Esta modalidade teve início no século XIX, (MOORE, 2007, p.25), evoluindo ao longo de várias gerações.

No Brasil, houve toda uma mobilização de segmentos da sociedade para regularização desta modalidade, suas bases legais foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996), que regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, publicado no D.O.U de 20/12/05 (que revogou o Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998) com normatização

definida na Portaria Ministerial n.º 4.361, de 2004 (que revogou a Portaria ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998). Em 3 de abril de 2001, a Resolução n.º 1, do Conselho Nacional de Educação que estabeleceu as normas para a pós graduação lato e stricto sensu, reza:

Os cursos de Pós Graduação Lato Sensu a distância só poderão ser oferecidos por instituições credenciadas pela União. Os cursos de Pós Graduação Lato Sensu oferecidos a distância deverão incluir necessariamente, provas presenciais e defesa presencial de Monografia ou Trabalho de Conclusão de Curso.

No tocante a Educação Básica, no que se refere a educação a distância, de acordo com o Art. 30 do Decreto n.º 5.622/05, “As instituições credenciadas para a oferta de educação a distância poderão solicitar autorização, junto aos órgãos normativos dos respectivos sistemas de ensino, para oferecer os ensinamentos fundamental e médio a distância, conforme § 4º do Art. 32 da Lei n.º 9.394, de 1996, exclusivamente para: A complementação de aprendizagem; ou em situações emergenciais.”

Para oferta de cursos a distância, dirigidos à Educação Fundamental de Jovens e Adultos, Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Técnico, o Decreto de nº 5.622/05 delegou competência às autoridades integrantes dos sistemas de ensino de que trata o artigo 8º da LDB, para promover os atos de credenciamento de instituições localizadas no âmbito de suas respectivas atribuições. As propostas de cursos nesses níveis deverão ser encaminhadas ao órgão do Sistema Municipal pelo credenciamento de instituições e autorização de cursos (Conselhos Estaduais de Educação) - a menos que se trate de instituição vinculada ao Sistema Federal de Ensino, quando, o credenciamento deverá ser feito pelo Ministério da Educação.

No caso da oferta de Cursos de Graduação e Educação Profissional em Nível Tecnológico, a instituição interessada deve credenciar-se junto ao Ministério da Educação, solicitando, para isto, a autorização de funcionamento para cada curso que pretenda oferecer.

O processo será analisado na Secretaria de Educação Superior, por uma Comissão de Especialistas na área do curso em questão e por especialistas em educação a distância, que verificaram a viabilidade da solicitação.

O parecer da Comissão será encaminhado ao Conselho Nacional de Educação. O trâmite, portanto, é o mesmo aplicável aos cursos presenciais. A qualidade do projeto da instituição será o foco principal da análise. Para orientar a elaboração de um projeto de cursos de Graduação a distância, a Secretaria de Educação a Distância elaborou o documento Indicadores de Qualidade para Cursos de Graduação a Distância, disponível no site do Ministério para consulta.

As bases legais são as mesmas indicadas no início deste item que trata da regulamentação da EAD.

Ainda em relação a Pós-Graduação, que são os cursos aos quais este trabalho se refere, a possibilidade de cursos de Mestrado, Doutorado e Especialização a Distância foi disciplinada pelo Capítulo V do Decreto n.º 5.622/05 e pela Resolução n.º 01, da Câmara de Ensino Superior- CES, do Conselho Nacional de Educação – CNE, em 3 de abril de 2001, que determina:

Art. 1º, § 4º. As instituições especialmente credenciadas para atuar nesse nível educacional poderão ofertar cursos de especialização, único e exclusivamente na área do saber e no endereço definido no ato do seu credenciamento, atendendo ao disposto nessa Resolução.

Art. 7º § 2º. Os certificados de conclusão de cursos de Pós Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, na modalidade presencial ou a distância, devem ser obrigatoriamente registrados pela instituição devidamente credenciada e que efetivamente ministrou o curso.

§ 3º. Os certificados de conclusão de cursos de Pós Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, que se enquadram nos dispositivos estabelecidos nesta Resolução terão validade nacional.

O artigo 24 do Decreto de nº 5.622/05 determina que os cursos de pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado) a distância serão oferecidos exclusivamente por instituições credenciadas para tal fim pela União e obedecem às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento estabelecidos pela União.

A Resolução e o Decreto supra citados baseiam-se e fundamentam-se no que diz a Lei de nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, que no seu Artigo 80 e no 1º Inciso reza:

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

Os cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais, defesa presencial de Monografia ou Trabalho de Conclusão de Curso.

Conforme manda a lei esta modalidade de ensino, muito embora comprovadamente seja um processo de ensino-aprendizagem, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporariamente, mesmo sendo mediados por tecnologias eficientes, existe toda uma exigência, e, há avaliação e supervisão rigorosa frequentemente, para não deixar dúvida quanto sua qualidade, principalmente quando se inicia um curso.

Aqueles que imaginavam que seria fácil, este mito caiu por terra, porque na verdade as instituições que realizam os cursos como dissemos, são rigorosos, o que não deve ser motivo de desistência, já que assim sendo, há na verdade qualidade no oferecimento de

oportunidade de conseguir uma Pós-Graduação ou uma Graduação com qualidade, cumprido todas as exigências legais, que só favorecem para a credibilidade dos cursos.

Mesmo porque professores e alunos não estão normalmente juntos fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a internet. E ainda podem utilizar outros meios como o vídeo, CD-ROM, o telefone, e outros, conforme detalharemos logo mais.

Sabe-se que o processo de mudança na Educação a Distância não é uniforme nem fácil. Iremos mudando aos poucos, em todos os níveis e modalidades educacionais, porque há uma grande desigualdade do ponto de vista econômico, do acesso, de maturidade e de motivações das pessoas. O acesso ao qual nos referimos, é o acesso aos recursos tecnológicos próprios, que podem democratizar o acesso a informação.

Por falar em democratização, é preciso que citemos que um dos principais objetivos da Educação a Distância é justamente democratizar o acesso a educação, uma educação que seja para todos, com atendimento aos alunos mais dispersos geograficamente e residentes em locais onde não há instituições convencionais de ensino, com isso ocorre a permanência dos alunos no seu meio cultural e natural, evitando êxodos que incidem negativamente no desenvolvimento regional. Por tudo isso mencionado pode se afirmar o quanto esta modalidade de ensino faz-se necessária e de muito relevância para a educação do nosso país.

4. PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A educação a distância, em sua forma empírica é conhecida desde o século XIX. Entretanto, somente nas últimas décadas passou a fazer parte das atenções pedagógicas. Ela surgiu da necessidade do preparo profissional e cultural de milhões de pessoas que, por vários motivos, não podiam frequentar um estabelecimento de ensino presencial, e evoluiu com as tecnologias disponíveis em cada momento histórico, as quais influenciam o ambiente educativo e a sociedade.

Com a Revolução Científica iniciada no século XVII, as cartas comunicando informações científicas inauguraram uma nova era na arte de ensinar. Segundo Lobo Neto (1995), um primeiro marco da educação a distância foi o anúncio publicado na Gazeta de Boston, no dia 20 de março de 1728, pelo professor de taquigrafia Cauleb Phillips: "*Toda*

peessoa da região, desejosa de aprender esta arte, pode receber em sua casa várias lições semanalmente e ser perfeitamente instruída, como as pessoas que vivem em Boston".

Na História Moderna, no final da Primeira Guerra Mundial, surgiram novas iniciativas de ensino a distância em virtude de um considerável aumento da demanda social por educação, confirmando, de certo modo, as palavras de William Harper, escritas em 1886: "*Chegará o dia em que o volume da instrução recebida por correspondência será maior do que o transmitido nas aulas de nossas academias e escolas; em que o número dos estudantes por correspondência ultrapassará o dos presenciais.*"

O aperfeiçoamento dos serviços de correio, a agilização dos meios de transporte e, sobretudo, o desenvolvimento tecnológico aplicado ao campo da comunicação e da informação influíram decisivamente nos destinos da educação a distância. Em 1922, a antiga União Soviética organizou um sistema de ensino por correspondência que em dois anos passou a atender 350 mil usuários. A França criou em 1939 um serviço de ensino por via postal para a clientela de estudantes deslocados pelo êxodo.

A partir daí, começou a utilização de um novo meio de comunicação, o rádio, que penetrou também no ensino formal. O rádio alcançou muito sucesso em experiências nacionais e internacionais, tendo sido bastante explorado na América Latina nos programas de educação a distância do Brasil, Colômbia, México, Venezuela, entre outros.

Após as décadas de 1960 e 1970, a educação a distância, embora mantendo os materiais escritos como base, passou a incorporar articulada e integradamente o áudio e o videocassete, as transmissões de rádio e televisão, o videotexto, o computador e, mais recentemente, a tecnologia de multimeios, que combina textos, sons, imagens, assim como mecanismos de geração de caminhos alternativos de aprendizagem (hipertextos, diferentes linguagens) e instrumentos para fixação de aprendizagem com *feedback* imediato (programas tutoriais informatizados), utilizados pelo curso de que ora tratamos.

Atualmente, o ensino não presencial mobiliza os meios pedagógicos de quase todo o mundo, tanto em nações industrializadas quanto em países em desenvolvimento. Novos e mais complexos cursos são desenvolvidos, tanto no âmbito dos sistemas de ensino formal quanto nas áreas de treinamento profissional.

A educação a distância foi utilizada inicialmente como recurso para superação de deficiências educacionais, para a qualificação profissional e aperfeiçoamento ou atualização de conhecimentos. Hoje, cada vez mais foi também usada em programas que complementam outras formas tradicionais, face a face, de interação, e é vista por muitos como uma modalidade de ensino alternativo que pode complementar parte do sistema regular de ensino

presencial. Por exemplo, a Universidade Aberta oferece comercialmente somente cursos a distância, sejam cursos regulares ou profissionalizantes.

Ideologicamente, um aspecto da EaD é caracterizado pelo estabelecimento de uma comunicação de múltiplas vias, suas possibilidades ampliaram-se em meio às mudanças tecnológicas como uma modalidade alternativa para superar limites de tempo e espaço. Seus referenciais são fundamentados nos quatro pilares da Educação do Século XXI publicados pela UNESCO, que são: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.*

Assim, a Educação deixa de ser concebida como mera transferência de informações e passa a ser norteada pela contextualização de conhecimentos úteis ao aluno. Na educação a distância, o aluno é desafiado a pesquisar e entender o conteúdo, de forma a participar da disciplina.

Atualmente, a educação a distância possibilita a inserção do aluno como sujeito de seu processo de aprendizagem, com a vantagem de que ele também descobre formas de tornar-se sujeito ativo da pesquisa e do compartilhar de conteúdos. Cabe às instituições que promovem o ensino a distância buscar desenvolver seus programas de acordo com os quatro pilares da educação, definidos pela Unesco. O dito é aplicado com toda certeza pela a Universidade Estadual do Maranhão, através do Nucleo de Educação a Distância.

A Educação a Distância se deu no mundo da seguinte maneira: Suécia registrou sua primeira experiência em 1833, com um curso de Contabilidade. Na mesma época, fundou-se na Alemanha em 1856 o primeiro instituto de ensino de línguas por correspondência. O modelo de ensino foi iniciado na Inglaterra em 1840, e, em 1843 foi criada a *Phonografic Corresponding Society*. Fundada em 1962, a Universidade Aberta mantém um sistema de consultoria, auxiliando outras nações a implementar uma educação a distância de qualidade. Também no século XIX, a EaD foi iniciada nos Estados Unidos da América na Illinois Weeleyan University.

Já no século XX, em 1974, a Universidade Aberta Allma Iqbal no Paquistão iniciou a formação de docentes via EaD. A partir de 1980, a Universidade Aberta de Sri Lanka passou a atender setores importantes para o desenvolvimento do país: profissões tecnológicas e formação docente. Na Tailândia, a Universidade Aberta Sukhothai Thommathirat tem cerca de 400 mil estudantes em diferentes setores e modalidades.

Criada em 1984, a Universidade de Terbuka na Indonésia surgiu para atender forte demanda de estudos superiores, e prevê chegar a cinco milhões de estudantes. Já na Índia,

criada em 1985, a Universidade Nacional Aberta Indira Gandhi tem objetivo de atender a demanda de ensino superior.

A Austrália é um dos países que mais investe em EaD, mas não tem nenhuma universidade especializada nesta modalidade. Nas universidades de Queensland, New England, Macquary, Murdoch e Deakin, a proporção de estudantes a distância é maior ou igual à de estudantes presenciais.

Na América Latina programas existentes incluem o Programa Universidade Aberta, inserido na Universidade Autônoma do México (criada em 1972), a Universidade Estatal a Distância da Costa Rica (de 1977), a Universidade Nacional Aberta da Venezuela (também de 1977) e a Universidade Estatal Aberta e a Distância da Colômbia (criada em 1983).

No Brasil, desde a fundação do Instituto Rádio Técnico Monitor, em 1939, o hoje Instituto Monitor, depois do Instituto Universal Brasileiro, em 1941, e o Instituto Padre Reus em 1974, várias experiências de educação a distância foram iniciadas e levadas a termo com relativo sucesso. As experiências brasileiras, governamentais e privadas, foram muitas e representaram, nas últimas décadas, a mobilização de grandes contingentes de recursos. Os resultados do passado não foram suficientes para gerar um processo de aceitação governamental e social da modalidade de educação a distância no país. Porém, a realidade brasileira já mudou e o governo brasileiro criou leis e estabeleceu normas para a modalidade de educação a distância no país.

Em 1904, escolas internacionais, que eram instituições privadas, ofereciam cursos pagos, por correspondência. Em 1934, Edgard Roquette-Pinto instalou a Rádio-Escola Municipal no Rio de Janeiro no projeto para a então Secretaria Municipal de Educação do Distrito Federal dirigida por Anísio Teixeira integrando o rádio com o cinema educativo(Humberto Mauro)a biblioteca e o museu escolar numa pioneira proposta de educação à distância. Estudantes tinham acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas. Utilizava também correspondência para contato com estudantes. Já em 1939 surgiu em São Paulo (cidade) o Instituto Monitor, na época ainda com o nome Instituto Rádio Técnico Monitor. Dois anos mais tarde surge a primeira Universidade do Ar, que durou até 1944. Entretanto, em 1947 surge a Nova Universidade do Ar, patrocinada pelo SENAC, SESC e emissoras associadas.

Durante a década de 1960, com o Movimento de Educação de Base (MEB), Igreja Católica e Governo Federal utilizavam um sistema radio-educativo: educação, conscientização, politização, educação sindicalista etc.. Em 1970 surge o Projeto Minerva, um

convênio entre Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta para produção de textos e programas. Dois anos mais tarde, o Governo Federal enviou à Inglaterra um grupo de educadores, tendo à frente o conselheiro Newton Sucupira: o relatório final marcou uma posição reacionária às mudanças no sistema educacional brasileiro, colocando um grande obstáculo à implantação da Universidade Aberta e a Distância no Brasil.

Na década de 1970, a Fundação Roberto Marinho era um programa de educação supletiva a distância, para ensino fundamental e ensino médio. Entre as décadas de 1970 e 1980, fundações privadas e organizações não-governamentais iniciaram a oferta de cursos supletivos a distância, no modelo de teleducação, com aulas via satélite complementadas por kits de materiais impressos, demarcando a chegada da segunda geração de EaD no país. A maior parte das Instituições de Ensino Superior brasileiras mobilizou-se para a EaD com o uso de novas tecnologias da comunicação e da informação somente na década de 1990. Em 1992, foi criada a Universidade Aberta de Brasília (Lei 403/92), podendo atingir três campos distintos: a ampliação do conhecimento cultural com a organização de cursos específicos de acesso a todos, a educação continuada, reciclagem profissional às diversas categorias de trabalhadores e àqueles que já passaram pela universidade; e o ensino superior, englobando tanto a graduação como a pós-graduação. Em 1994, teve início a expansão da Internet no ambiente universitário. Dois anos depois, surgiu a primeira legislação específica para educação a distância no ensino superior. As bases legais para essa modalidade foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, regulamentada pelo decreto nº5.622 de 20 de dezembro de 2005, que revogou os decretos nº2.494 de 10/02/98, e nº2.561 de 27/04/98, com normatização definida na Portaria Ministerial nº4.361 de 2004. No decreto nº5.622 dita que, ficam obrigatórios os momentos presenciais para avaliação, estágios, defesas de trabalhos e conclusão de curso. Classifica os níveis de modalidades educacionais em educação básica, de jovens e adultos, especial, profissional e superior; Os cursos deverão ter a mesma duração definida para os cursos na modalidade presencial; Os cursos poderão aceitar transferência e aproveitar estudos realizados em cursos presenciais, da mesma forma que cursos presenciais poderão aproveitar estudos realizados em cursos à distância. Regulariza o credenciamento de instituições para oferta de cursos e programas na modalidade à distância (básica, de jovens e adultos, especial, profissional e superior).

Em Maio de 2009, a ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância organizou o 7º SENAED - Seminário Nacional ABED de Educação a Distância totalmente *online*, envolvendo palestrantes do Brasil, Portugal e outros países de língua portuguesa.

Ainda sobre a Educação a Distância no Brasil, esta desde sua implantação tem oferecido a muitos o acesso a Educação. Nos últimos anos, oferecendo também cursos superiores através de várias Instituições de ensino, esta modalidade conta com o apoio e investimento do governo que visa qualificar os profissionais da Educação através desta.

Não somente por ser mais barata, mas por oferecer sim educação de qualidade e propiciar as condições necessárias aos interessados, em termos de comodidade, acesso, oportunidade, etc..

Pode-se afirmar sem medo de está dizendo inverdades que o investimento em Educação a Distância foi uma das melhores, se não a melhor, ação nos últimos tempos dos governantes.

Além de apontar como a possibilidade de alavancar a educação no nosso país, com profissionais qualificados, bem preparados para o exercício de suas atividades. Sendo assim, haverá num futuro bem próximo uma educação de qualidade, com alunos com nível de aprendizado compatível com idade/série, professores com melhor salário, sim, porque sendo qualificado, trabalhará melhor e reivindicará melhores salários, melhores condições de trabalho, com ambiente mais apropriado.

Em pouco espaço de tempo haverá uma revolução na educação, por conta desta modalidade de ensino. Que certamente não caiu de pára-quedas, mas que ao longo da sua história vem se fortalecendo, dada sua importância para os que dela se beneficiam para cursarem um curso superior.

CONCLUSÃO

A Educação a Distância, que surgiu no século XIX, neste século XXI, ganha força, por ser uma alternativa economicamente viável para o governo propiciar a qualificação dos muitos milhares de educadores que ainda não cursaram uma graduação; por oferecer aperfeiçoamento, possibilitando a formação continuada destes; e ainda por oportunizar aqueles que almejam avançar, ingressarem na pós-graduação, motivação deste trabalho.

Após pesquisa “in loco,” aplicação de questionário, conversação e diálogo com o pessoal envolvido no curso, desde a coordenação a estudantes, pode-se afirmar que os 16,88% dos desistentes não se devem em nenhum momento as instalações e infra-estrutura, pois estas são excelentes, com condições de atender todo seu alunado.

Não se pode atribuir aos desistentes falta de apoio logístico, pois os Tutores Presenciais colaboram com os alunos, os livros são de boa qualidade e ainda contam com indicações de referências bibliográficas excelentes.

Podemos reafirmar o que relatamos ao descrever as causas das desistências, houve, digamos, uma “decepção” por parte dos alunos, que imaginaram que a Educação a Distância seria fácil, sem exigência. Ao deparar-se com a realidade, onde esta modalidade exige cientificidade, tempo exclusivo para os estudos, e, sobretudo, leitura e adoção de pesquisa, não conciliaram trabalho e outros afazeres, terminando por desistir do curso.

Conforme já mencionamos, por nos ter sido relatado durante a pesquisa, o que preocupa não é tão somente o número de desistentes, o que preocupa realmente são aqueles que não trancaram, mas não realizam as tarefas; não comparecem às avaliações presenciais; pouco visitam o ambiente AVA. Estes são em percentual maior e por isso os tutores a distância solicitam dos tutores presenciais, maior e melhor acompanhamento.

Neste trabalho podemos perceber a importância da modalidade da Educação a Distância, por ser esta uma maneira de muitos professores e professoras galgarem vãos mais altos cursando graduações, especializações, e, quem sabe num futuro bem próximo até mesmo mestrado. E, desta forma, qualificados, poderem oferecer uma educação com mais qualidade.

Podemos ainda perceber também que os educadores muito embora não sejam valorizados, sobretudo com salários decentes, sabem lidar com as oportunidades no sentido de melhorar sua atuação quanto profissional independente de reconhecimento.

Por último, mas não menos importante, podemos destacar, o quanto a partir deste trabalho compreendemos de como se dá o processo de realização de um curso a distância, assim sendo, passamos a valorizar mais as conquistas alcançadas.

REFERÊNCIAS

Alves, J. R. M. **A Educação a Distância no Brasil: Síntese Histórica e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e Documentação – Artigo em Publicação Periódica Científica Impressa – Apresentação. Rio de Janeiro: 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2. Diário Oficial da União**. Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. N° 9394/96. Brasil, Senado: 1996.

Fonseca, F. V. Peixoto da (11 de janeiro de 2001). «*Ensino a distância*» 3. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Página visitada em 10 de maio de 2011.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2003.

MOORE, Michael; Kearsle Y, Greg. **Educação a Distância- Uma Visão Integrada**. Trad. Roberto Galman. São Paulo: editora Thomson Learning, 2007.

MORIN, Edgar. **Os Setes Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 9ª edição. São Paulo: editora Cortez, 2004.

NOVÓA, Antonio. Entrevista. **Nova Escola**, v. 16, n° 142, maio, 2001.

PRETI, Oreste. **A Formação do Professor na Modalidade a Distância: (des) Construindo Metanarrativas e Metáforas**. Brasília, jan/dez/2001. Disponível em [HTTP//cecemca-sc.unesp.br](http://cecemca-sc.unesp.br). Acesso em 18 de novembro de 2010.

RESOLUÇÃO N.º 1. Conselho Nacional de Educação, de 3 abril de 2001. Disponível em <http://portalmeec.gov.br>. Acesso em 19 de novembro de 2010.

T.A. (2 de junho de 2003). «*Ensino a distância*» 2. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Página visitada em 13 de maio de 2011.

VANESSA, Sandra R., “**Os quatro pilares da educação.**” Faculdades Associadas Ipiranga, curso de pedagogia, 1998.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projeto e Relatório de Pesquisa em Administração**. 4ª Edição. Editora Atlas, São Paulo, 2003.

VIANA, Carla; ROCHA, Carlos (28 de outubro de 2005). **Ainda o «ensino a (ou "à") distância»**. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Página visitada em 10 maio de 2011.

www.uab.caps.gov.br. Acesso em 19 de maio de 2011.

www.ead.ufms.br/ambiente/historico. Acesso em 19 de maio de 2011.